

Perícias Médicas no Âmbito do Exército Brasileiro: uma revisão integrativa

Medical Examinations in the Context of the Brazilian Army: an integrative review

RESUMO

Esta revisão tem como objetivo identificar e caracterizar evidências e experiências disponíveis na literatura acerca das perícias médicas no âmbito do Exército Brasileiro. Foi realizada uma revisão integrativa na base de dados Biblioteca Digital do Exército, utilizando o descritor “perícias médicas”, de trabalhos científicos publicados entre 1998 e 2022. Foram pré-selecionados 25 trabalhos. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 21 trabalhos, publicados entre 2019 e 2021, em sua maioria trabalhos de conclusão de curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (52%) e da Escola de Saúde do Exército (38%). Suas abordagens são variadas, com destaque para revisão bibliográfica que foi a mais utilizada, nos estudos avaliados (71,4%). Por fim, ressalta-se que uma adequada gestão do sistema médico pericial do Exército Brasileiro pode resultar na melhor alocação dos recursos humanos e financeiros da União, os quais somados, constituem alguns dos principais desafios na área da saúde militar. Neste sentido, espera-se que este estudo contribua para o desenvolvimento de outros subseqüentes e para análise de possíveis intervenções de melhorias na área das perícias médicas militares.

Palavras-chave:

Perícia Médica. Sistema Médico Pericial. Medicina Militar. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

This review aims to identify and characterize the available evidence and experiences in the literature regarding forensic medical examinations within the Brazilian Army. An integrative review was conducted using the Brazilian Army's Digital Library database, with the descriptor “forensic medical examination,” focusing on scientific works published between 1998 and 2022. A total of 25 studies were initially pre-selected. After abstract screening, 21 studies published between 2019 and 2021 were included, most of which were final papers from the Army Officers' Advanced Training School (52%) and the Army Health School (38%). The studies presented diverse approaches, with a predominance of literature reviews (71,4%). Finally, it is emphasized that proper management of the Brazilian Army's medical evaluation system can lead to better allocation of human and financial resources of the Union, which together represent some of the main challenges in the field of military healthcare. In this regard, it is expected that this study will contribute to the development of further research and to the analysis of potential improvements in the area of medical evaluations.

Keywords:

Medical examination. Military Medical Forensic System. Military medicine. Brazilian Army.

Cibelle Ingrid Estevão de Melo

Hospital Central do Exército, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Email: cibellemeloradio@gmail.com

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0001-8464-8944>

Helem Borges Figueira

Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: borgesfigueirah@gmail.com

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-7028-5502>

Received:	24 Sep 2025
Reviewed:	Sep25-Jan26
Received after revised:	28 Feb 2026
Accepted:	02 Mar 2026

RAN



Revista Agulhas Negras

eISSN (online) 2595-1084

<http://ebrevistas.eb.mil.br/aman>



<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>



1 Introdução

Por ser uma atividade quase cotidiana nas Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro (EB), muito foi produzido acerca do tema perícias médicas em trabalhos acadêmicos das instituições de ensino do EB. Entretanto, tal atividade ainda se constitui em um verdadeiro desafio para Comandantes (Cmdt), Oficiais de Pessoal (S1) e Médicos Peritos de OM e de Guarnição (MPOM e MPGu, respectivamente). Diante das dificuldades enfrentadas por estes militares em contraposição à produção acadêmica existente, este artigo tem por problema de pesquisa: como tais trabalhos poderiam aportar na normatização vigente, a fim de aperfeiçoar o entendimento destes agentes acerca da legislação de perícias no EB?

Perícia médica é o meio de prova executado pela atuação técnica com a finalidade de esclarecer fatos médicos que interessam em um procedimento judicial ou administrativo. Esse ato médico ocorre em consequência de uma requisição formal da autoridade, administrativa ou jurídica, para auxiliá-lo na formação de sua convicção em relação à aptidão ou inaptidão do periciado (Vilela; Epiphanyo, 2009).

A fim de solucionar tal problema, este trabalho tem por objetivo identificar e caracterizar as evidências disponíveis na literatura acerca das perícias médicas no âmbito do Exército Brasileiro e para atingi-lo foi realizada uma revisão integrativa da literatura, a qual abrangeu trabalhos acadêmicos de 1998 a 2022.

Assim, consideradas as peculiaridades inerentes à atividade médico pericial militar e sua contínua necessidade de aperfeiçoamento, é justificável e necessário que sejam incorporados entendimentos e conclusões acerca da legislação e procedimentos de perícias médicas no EB, para que sejam mitigados os erros imputados à administração por desconhecimento por parte de seus agentes.

2 Referencial teórico

O exame médico pericial visa ao enquadramento legal e à emissão de um parecer conclusivo sobre o estado de saúde e a capacidade laborativa do examinado. Segundo Nakano *et al.* (2012), essa avaliação é fundamental para estabelecer o nexo causal entre patologias ou acidentes e suas repercussões, sejam elas a morte, a incapacidade (física ou mental), ou o risco potencial no exercício de atividades para si e para terceiros.

No Brasil, a perícia médica passou a existir oficialmente em 1930, com a promulgação do primeiro Código Criminal Brasileiro, que estabelecia a obrigatoriedade da participação de médicos em questões de natureza criminal. No Exército Brasileiro, o Sistema de Perícias Médico-Legais foi

criado em 1922, vinculado à Escola de Aplicação Médico-Militar, posteriormente Escola de Saúde do Exército (Barreto; Schmidt, 2019).

No que diz respeito à normatização legal da atividade pericial, é regida atualmente por leis e normas: Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código Penal, Código de Ética Médica, Resoluções e pareceres dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, entre outras normas (Nakano *et al*, 2012).

No contexto do Exército Brasileiro, sua legislação auxilia os agentes médicos peritos (AMP) na emissão de pareceres. Sua regulação é feita por atos normativos, administrativos e técnicos, como as Instruções Reguladoras para as Perícias Médicas do Exército (IRPMEX – IR 10.007) (Brasil, 2017a), as Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército (NTPMEX – N20.008) (Brasil, 2017b) e as Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército (IGPMEX – IG 02.022) (Brasil, 2022). Recentemente, foram publicadas as Instruções Reguladoras sobre Perícias Médicas e Acidentes em Serviço no Exército (EB30-IR-20.016), 1ª Edição, 2023 (Brasil, 2023), que entrou em vigor a partir de 6 de novembro de 2023. A observação a esses instrumentos possibilita maior uniformidade na atividade pericial.

Atualmente, a estrutura do Sistema de Perícias Médicas do Exército (SPMEX) é hierarquizada e dividida em órgãos de direção e elementos de execução. São órgãos de direção o Departamento Geral de Pessoal (DGP), a Diretoria de Saúde (DSau) e as Regiões Militares (RM). Por sua vez, constituem elementos de execução a Junta de Inspeção de Saúde Especial Revisional (JISE Rev), a Junta de Inspeção de Saúde de Recurso (JISR), a Junta de Inspeção de Saúde Especial (JISE), o Médico Perito de Guarnição e o Médico Perito de Organização Militar (MPOM).

3 Referencial Metodológico

Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que se caracteriza por sumarizar resultados de pesquisas sobre um mesmo tema, a partir da síntese ou análise dos achados (Cooper, 1989).

Para a realização desta revisão, foram percorridas seis etapas: 1) Identificação do tema e seleção da hipótese ou da questão norteadora de pesquisa; 2) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos estudos, amostragem e busca na literatura; 3) Coleta de dados e categorização dos estudos; 4) Análise crítica dos estudos incluídos; 5) Discussão dos resultados e 6) Síntese e apresentação da revisão (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

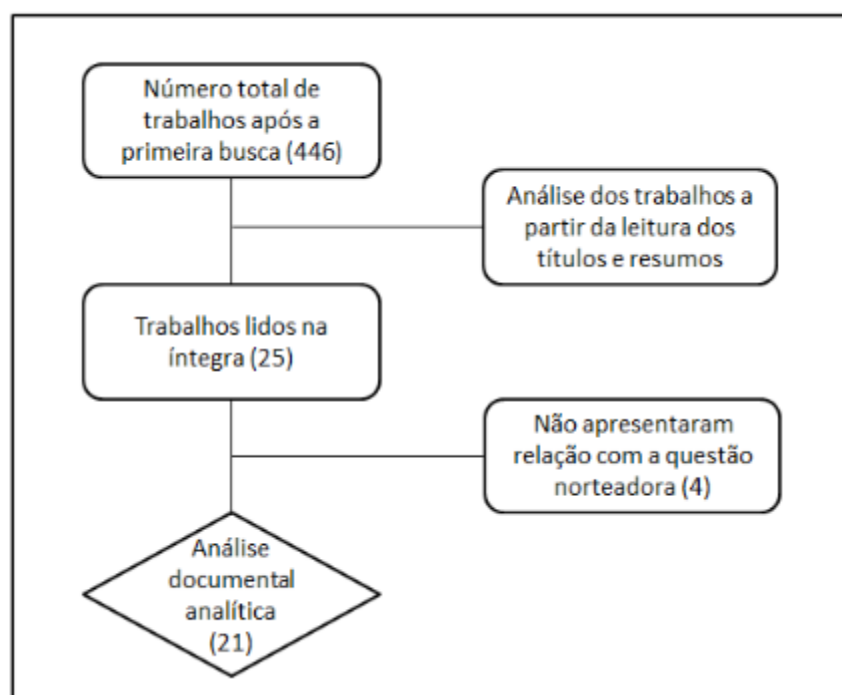
A questão norteadora deste trabalho é definida por “Qual a literatura disponível sobre as perícias médicas no âmbito do Exército Brasileiro no período de 1998 a 2022? O levantamento bibliográfico ocorreu no período de 1998 a 2022, na base de dados Biblioteca Digital do Exército

(BDEX), acervo digital de publicações do Exército Brasileiro, por ser de livre acesso e abranger os trabalhos científicos dessa instituição, foco de nossa investigação.

Os critérios de inclusão para seleção dos trabalhos adotados foram: artigos, trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado ou doutorado, com resumos e textos completos que pudessem ser acessados na íntegra por meio online nos idiomas português, inglês ou espanhol, entre os anos 1998 e 2022, e artigos que contivessem em seus títulos e/ou resumos os seguintes descritores: perícias médicas; atividade pericial; inspeção de saúde.

O processo de seleção da amostra foi detalhado na Figura 1. A busca inicial na base de dados BDEX resultou em 446 documentos. Após a aplicação dos critérios de inclusão, foram pré-selecionados 25 trabalhos para análise aprofundada. Assim, procedeu-se à leitura integral dos textos, resultando na exclusão de 4 estudos que não apresentavam relação direta com a questão norteadora desta revisão. Assim, o corpo final foi constituído por 21 trabalhos científicos, os quais fundamentaram a análise dos resultados.

Figura 1: Fluxograma de seleção de trabalhos para Revisão Integrativa



Fonte: Autoras, 2023.

Para a coleta de dados, foi elaborado um instrumento estruturado, um quadro esquemático, para sintetizar os estudos selecionados, o qual é composto por seis itens: título, autores, ano de publicação, tipo de trabalho, objetivos e abordagem metodológica (Quadro 1). Os dados sintetizados no Quadro 1 constituíram a base para a análise e discussão dos resultados, permitindo a fundamentação teórica necessária para responder à questão norteadora deste estudo. Por ser uma



pesquisa de dados secundários por meio de bases de domínio público, dispensou-se a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Quadro 1: Síntese dos estudos selecionados para a revisão

Ord	Título	Autor, Ano	Tipo	Objetivos	Abordagem
1	Educação à distância (EaD) em perícia médica na 3ª Região Militar: um estudo de caso	Schmidt e Barreto, 2019	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Comando e Estado Maior (ECEME)	Analisar a contribuição da implantação do projeto piloto EaD em Perícias Médicas na tramitação dos processos de concessão de benefícios legais na 3ª RM.	Estudo de caso.
2	Desafios da administração militar frente às ações judiciais envolvendo militares reintegrados por motivos de saúde, no âmbito da guarnição de juiz de fora, com ênfase na atividade médico-pericial	Maciel e Vale, 2020	Dissertação de Mestrado – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)	Analisar os fatores que influenciaram a judicialização dos procedimentos e práticas administrativas prestadas pelas OM, que culminaram na reintegração de ex-militares, mediante decisão judicial, para tratamento de saúde nas unidades pertencentes à Guarnição de Juiz de Fora.	Pesquisa aplicada.
3	A psiquiatria na perícia médica dentro do Exército Brasileiro	Capelleiro e Hashimoto, 2020	TCC – EsSEEx	Averiguar se há impactos positivos e negativos nas perícias quando realizada por um perito não especializado.	Revisão bibliográfica.
4	Processos de modernização em perícia médica previdenciária no Exército Brasileiro	Morais e Nogueira 2020	TCC – EsSEEx	Discutir possibilidades de melhoria do processo de perícia médica previdenciária no Exército Brasileiro.	Revisão bibliográfica.
5	Particularidade da perícia médica no Exército Brasileiro	Oliveira e Lima Neto, 2020	TCC – EsSEEx	Revisão bibliográfica da perícia médica no Exército Brasileiro.	Revisão bibliográfica.
6	A importância da perícia médica na avaliação da criança com necessidades educativas especiais e tratamento multidisciplinar	Sant’Anna e Oliveira, 2020	TCC – EsAO	Mostrar a importância dos recursos do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx) através do trabalho do médico perito no esforço de disponibilizar tratamentos multidisciplinares às crianças com necessidades educativas especiais.	Pesquisa aplicada.
7	A importância do controle periódico de saúde na atividade pericial no Exército Brasileiro	Medeiros e Neves, 2020	TCC – EsAO	Apresentar a importância do controle periódico de saúde na atividade pericial no Exército Brasileiro.	Revisão bibliográfica.
8	A importância do controle periódico de saúde dos militares do hospital de guarnição de Marabá no ano de 2019	Oliveira e Barboza, 2020	TCC – ESAO	Analisar o atual Sistema de Perícias Médicas do Exército no Hospital de Guarnição de Marabá, propondo melhorias e identificando limitações, vantagens e desvantagens.	Pesquisa aplicada.



9	A cura do paciente portador de neoplasia hematológica: uma visão da perícia médica no Exército Brasileiro	Medeiros e Santos, 2020	TCC – ESAO	Apresentar questionamentos quanto aos pareceres de invalidez utilizados no Exército Brasileiro, com base na NTPMEX 2017, nas doenças oncohematológicas.	Revisão bibliográfica.
10	A importância da verificação de capacidade laborativa (VCL) na atividade pericial no Exército Brasileiro	Sant’Anna e Nunes, 2020	TCC – ESAO	Revisão da VCL no EB e comparar com exames médico periciais semelhantes no âmbito civil.	Revisão bibliográfica.
11	Análise das inspeções de saúde em grau de recurso nos últimos dois anos no Hospital Geral de Juiz de Fora	Antonino e Fuchs, 2020	TCC – ESAO	Analisar atas de inspeção de saúde em grau de recurso.	Pesquisa aplicada.
12	A importância do controle periódico de saúde na atividade pericial	Pereira Filho, 2020	TCC – ESAO	Demonstrar a evolução e importância da formação, qualificação e atuação do médico perito do exército brasileiro e da realização do exame periódico de saúde.	Revisão bibliográfica.
13	Orientações aos agentes médicos periciais do Exército Brasileiro para inspeções de saúde envolvendo diagnósticos psiquiátricos	Paz e Silva, 2020	TCC – ESAO	Auxiliar os AMP do EB para inspeções de saúde envolvendo diagnósticos psiquiátricos.	Revisão bibliográfica.
14	A capacitação do oficial médico do Exército Brasileiro para o exercício de perícia médica	Oliveira e Reis, 2020	TCC – ESAO	Integrar conceitos da perícia médica com o exercício dessa especialidade no âmbito do Exército, para verificar oportunidades de melhoria.	Pesquisa aplicada.
15	Avaliação da perda visual e auditiva na perícia médica do Exército Brasileiro	Nunes, Fazolato e Cid, 2020	TCC – EsSEx	Revisão dos déficits auditivo e visual pela perícia médica do Exército Brasileiro, demonstrando detalhes na conduta pericial.	Revisão bibliográfica.
16	Importância do controle periódico de saúde na atividade pericial	Maia e Tiradentes, 2021	TCC – ESAO	Apresentar questionamentos quanto aos procedimentos médico periciais no âmbito do EB, dando ênfase no controle periódico de saúde.	Revisão bibliográfica e questionário.
17	A importância do controle periódico de saúde na atividade pericial	Maia e Senna Filho, 2021	TCC – ESAO	Realizar levantamento bibliográfico sobre a importância do controle periódico de saúde no Exército Brasileiro.	Revisão bibliográfica.
18	Perícia traumatológico-ortopédica referente a queixas no ombro: como otimizar gastos e diminuir o tempo de resolução?	Araújo e Silva, 2021	TCC – EsSEx	Sugerir padronização na solicitação de exames em um processo pericial traumatológico-ortopédico do ombro; promover acesso ao especialista.	Revisão narrativa.

19	Direito do paciente e perícia médica no Exército Brasileiro	Silva e Santos, 2021	TCC – EsSEx	Comparar legislação sobre perícia médica no Exército Brasileiro frente às normativas sobre direito do paciente no Brasil.	Revisão bibliográfica.
20	Noções básicas da perícia médica nas organizações militares de saúde	Melo e Araújo, 2021	TCC – EsSEx	Levantamento bibliográfico sobre noções básicas da perícia médica no EB para expor as atribuições do agente médico nas organizações militares de saúde.	Revisão bibliográfica.
21	Análise da avaliação cardiológica como parte da inspeção de saúde no serviço militar ativo para a prevenção de morte súbita	Milanesi e Vieira, 2021	TCC – EsSEx	Revisão da literatura para nortear a avaliação cardiológica na inspeção de saúde.	Revisão bibliográfica.

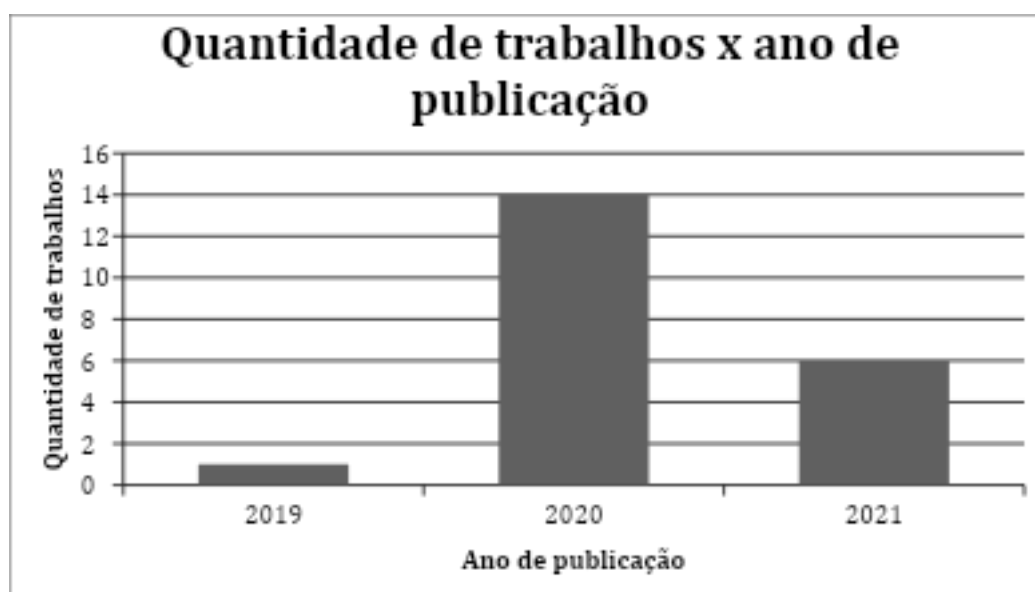
Fonte: Autoras, 2023.

4 Resultados e discussão

Os 21 trabalhos selecionados integraram a análise documental. Todos eles foram publicados em coleções do Exército Brasileiro, a exemplo das publicações acadêmicas da ECEME, da EsSEx e da ESAO.

Quanto ao ano de publicação, percebe-se, na Figura 2, que a totalidade dos trabalhos analisados foi publicada entre 2019 e 2021. O ano 2020 obteve maior concentração, com 14 trabalhos (66,7%), seguido por 2021, com 6 (28,6%) e, finalmente, por 2019, com apenas 1 (4,7%) (Figura 2).

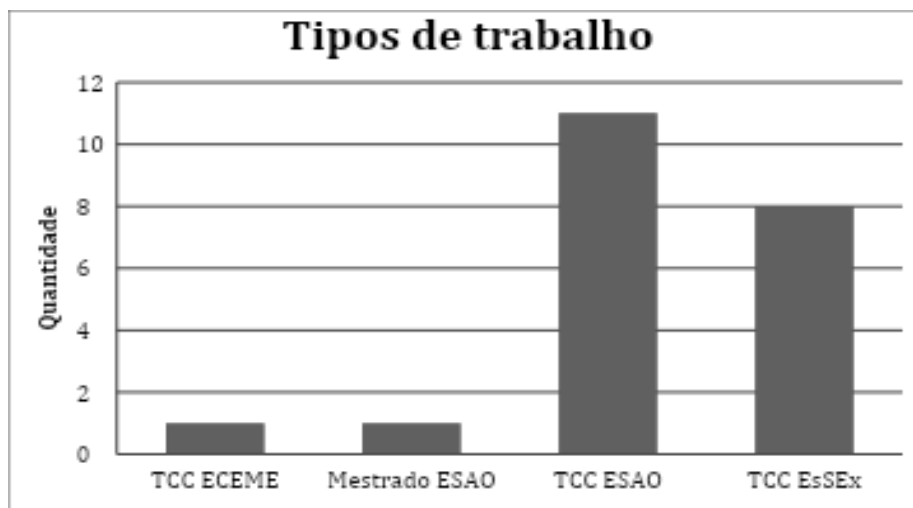
Figura 2. Quantidade de trabalhos por ano de publicação



Fonte: Autoras, 2023.

Em relação aos tipos de trabalhos analisados, foram identificados: na ECEME, trabalhos de conclusão de curso (TCC); na ESAO, dissertações de Mestrado e TCC; e na EsSEx, TCCs. Destaca-se que os trabalhos de conclusão de curso da ESAO e da EsSEx compuseram a maior parte da amostra analisada, representando, respectivamente, 52% e 38% da amostra (Figura 3).

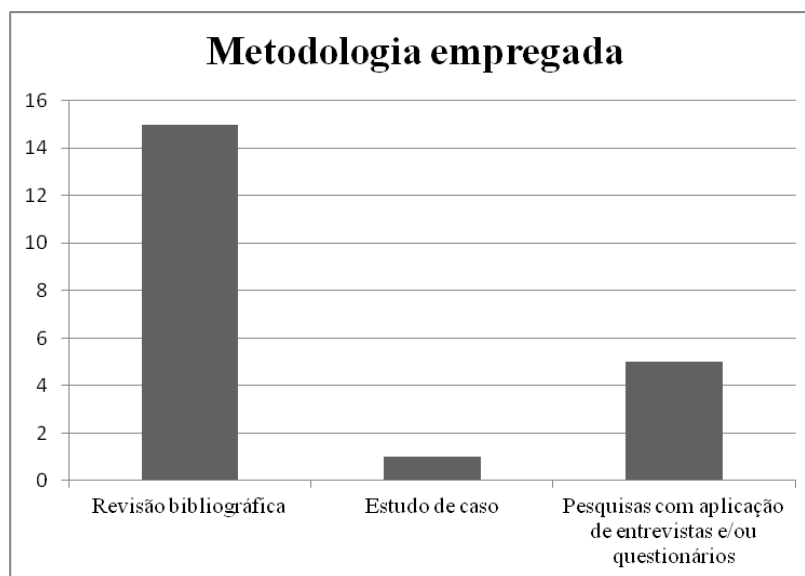
Figura 3. Tipos de trabalho



Fonte: Autoras, 2023.

Quanto à metodologia utilizada nos 21 estudos analisados, suas abordagens são variadas (Figura 4), com destaque para revisão bibliográfica, em 15 trabalhos (71,4%). Entre as demais abordagens, há apenas um estudo de caso (7%), e o restante constituiu-se de pesquisas com aplicação de entrevistas e/ou questionários (23,8%).

Figura 4. Metodologia empregada



Fonte: Autoras, 2023.



Em relação à língua, todos os trabalhos foram publicados em língua portuguesa.

A seguir serão apresentados os principais resultados encontrados, de forma a compor um panorama sobre o tema das perícias médicas no Exército Brasileiro, tendo como norte o objetivo do nosso estudo.

Apenas um estudo de caso foi incluído nesta revisão, o qual discorre sobre a educação à distância (EAD) em perícia médica na 3ª Região Militar (RM). Esse trabalho analisou, a contribuição da implantação de um projeto piloto em Perícias Médicas na tramitação dos processos de concessão de benefícios legais no âmbito da 3ª RM (Barreto; Schmidt, 2019), e concluiu que impactou de forma significativa a capacidade dos peritos elaborarem laudos de qualidade e fundamentados, reduzindo a necessidade de reestudo e o tempo de tramitação do processo.

Outros seis trabalhos abordaram as finalidades das inspeções de saúde que constam na IGPMASEX, sendo que cinco abordaram a finalidade do tipo Controle Periódico de Saúde (CPS) (Neves; Medeiros, 2020; Barbosa; Oliveira, 2020; Pereira Filho, 2020; Tiradentes; Maia, 2021; Senna Filho; Maia, 2021) e um estudo abordou a Verificação de Capacidade Laborativa (VCL) (Nunes; Sant'anna, 2020).

De acordo com Neves e Medeiros (2020), as possibilidades de ação da intervenção no CPS remetem aos contextos de vida, especialmente ao trabalho, e a Organização Militar tem o poder de intervir nos contextos de trabalho de modo a torná-los articulados ao processo de saúde.

Barbosa e Oliveira (2020) concluíram que o Hospital Geral de Marabá segue o previsto nas IGPMEEX e nas NTPMEEX. Porém, a dificuldade em acesso estável ao SIPMED necessita de melhoria. Observou-se que os exames médicos periódicos identificam doenças silenciosas precocemente, o que evita seu agravamento e afastamentos. Por meio da CPS, é possível identificar condições impeditivas para o exercício das funções do militar. Os autores propuseram à DSau uma mudança quanto ao tempo de realização do CPS de trienal para anual.

Pereira Filho (2020) demonstrou que todo militar necessita da atividade médico-pericial no decorrer de sua carreira, de forma que é essencial sua boa realização e destacou a tarefa do SIPMED na medicina preventiva. Sugere que, ao entrarem para a carreira militar, os médicos sejam capacitados para exercer a atividade pericial.

De acordo com Tiradentes e Maia (2021) o CPS é uma modalidade de inspeção de grande valia, porém vem ficando aquém ao esperado no seu principal objetivo. Os autores sugeriram que mudanças relativamente simples (na periodicidade, na consciência de cada militar, na atuação por parte de toda a OM e na formação dos peritos) sejam adotadas para otimizar e melhorar a qualidade de vida de cada militar, aumentar a eficiência do trabalho e diminuir gastos do FUSEX.

O estudo de Senna Filho e Maia (2021) concluíram que o CPS figura dentre os instrumentos aplicados pela força terrestre a fim de promover o controle da higidez da tropa, medicina preventiva



e como base de dados para posteriores estudos, além de oferecer a oportunidade de manter acompanhamento médico e odontológico e a realização de exames complementares.

De acordo com Nunes e Sant'anna (2020) a VCL é essencial para a preservação da saúde dos militares e servidores civis no Exército, e a figura do AMP é de inegável importância para a manutenção da tropa.

Dois trabalhos estudaram o tema psiquiatria dentro das perícias médicas do Exército Brasileiro (Hashimoto; Capelleiro, 2020; Silva; Paz, 2020). Hashimoto e Capelleiro (2020) concluíram que a participação do psiquiatra nos serviços de perícia médica é importante. Silva e Paz (2020) salientaram a importância de uma entrevista atenta nas inspeções de saúde que envolvam transtornos psiquiátricos; evidenciaram a importância do exame do estado mental; apresentaram os transtornos psiquiátricos mais prevalentes, e uma explanação sobre simulação, suas características e as dificuldades para o seu diagnóstico.

Alguns trabalhos estudaram temas específicos dentro da perícia médica, a exemplo da avaliação da criança com necessidades educativas especiais (Oliveira; Sant'anna, 2020) do portador de neoplasia hematológica (Santos; Medeiros, 2020) da avaliação da perda visual e auditiva (Fazolato; Cid; Nunes, 2020), da perícia traumato-ortopédica (Silva; Araújo, 2021) e da avaliação cardiológica (Milanesi; Vieira, 2021).

Os estudiosos Oliveira e Sant'Anna (2020) concluíram que evidências da literatura e recomendações de especialistas quanto às patologias que frequentemente geram necessidades especiais na infância coincidiram com os dados colhidos das perícias médicas e prontuários dos pacientes. Concluíram que uma boa investigação do médico perito proporciona melhoria da qualidade da saúde do paciente pediátrico e da gestão de recursos de saúde do Exército Brasileiro.

Santos e Medeiros (2020) concluíram que o uso dos critérios de invalidez presentes na NTPMEx não abrange de modo fidedigno todas as doenças. Com as novas terapias, a cura e sobrevida dos pacientes oncohematológicos mudaram, permitindo pareceres diversos aos ditados pela NTPMEx. Também propuseram uma sugestão com ênfase em leucemia linfóide crônica para auxiliar os peritos nas suas decisões.

Fazolato, Cid e Nunes (2020) revisaram a avaliação da perda visual e auditiva realizada pela perícia médica do Exército Brasileiro e observaram limitação de informações da avaliação do médico perito e de uma conclusão precisa. Também sugeriram propostas de laudo oftalmológico e otorrinolaringológico com intuito de ajudar os peritos não especialistas.

Silva e Araújo (2021) propuseram fluxogramas para abordagem do paciente com ombro doloroso por parte do médico perito, a fim de alcançar menor gasto sem perder qualidade de tratamento.

Milanesi e Vieira (2021) sugeriram a criação ou a adoção de um questionário cardiológico com intuito de evitar a realização de exames desnecessários, e para amarrar as principais informações necessárias à boa prática médica.

Por fim, alguns estudos se debruçaram sobre: ações judiciais envolvendo militares reintegrados por motivos de saúde (Vale; Maciel, 2020);, processos de modernização em perícia médica previdenciária (Nogueira; Moraes, 2020);, particularidade da perícia médica no Exército Brasileiro (Lima Neto; Oliveira, 2020);, análise das inspeções de saúde em grau de recurso (Fuchs; Antonino, 2020);, capacitação do oficial médico do Exército Brasileiro para o exercício de perícia médica (Reis; Oliveira, 2020);, direito do paciente e perícia médica no Exército Brasileiro (Santos; Silva, 2021) e noções básicas da perícia médica nas organizações militares de saúde (Melo; Araújo, 2021).

Vale e Maciel (2020) evidenciaram que, dentre os fatores que influenciam a judicialização das decisões administrativas nas OM, estão ingerência do Poder Judiciário, falta de organização e inadequada escrituração administrativa, bem como questões que envolvem a formação e a capacitação do médico perito. Concluiu-se que os peritos demandam permanente aprimoramento técnico profissional e foi feita uma proposta de reestruturação da formação do médico militar.

Nogueira e Moraes (2020) ressaltaram que o uso de tecnologias no apoio ao trabalho do perito médico constitui maior transparência e otimiza o processo. Relataram ainda que os resultados indicam que os laudos periciais no âmbito previdenciário são fundamentados por questões subjetivas, o que gera insatisfação por parte dos beneficiários e sensação de ineficiência em relação ao trabalho pericial. Salientaram que conhecimento da legislação previdenciária e discussão de casos tem se mostrado eficiente na capacitação de médicos peritos, que a normatização de condutas evita decisões equivocadas ou errôneas e diminuem a demanda de recursos administrativos e judiciais e que, no âmbito do Exército, o SIPMED está consolidado como um sistema eficiente, podendo constituir um modelo para a previdência social brasileira.

A revisão de Lima Neto e Oliveira (2020) inferiu que o médico perito militar emite juízo de valor acerca dos elementos analisados na perícia, agindo com imparcialidade, compromissado com a verdade, devendo estar fundamentado nas normas legais e administrativas e familiarizado com o Estatuto dos Militares, com as IRPMEx, as IGPMEEx e as NTPMEEx, entre outros atos normativos, administrativos e técnicos.

Fuchs e Antonino (2020), em estudo sobre análise das inspeções de saúde em grau de recurso, concluiu-se que a maioria das inspeções foi do sexo masculino, com idades entre 60 e 90 anos, sendo as finalidades mais comuns auxílio-invalidéz, reforma com posto acima e término da incapacidade temporária para militares. A pequena quantidade teve seu parecer alterado conforme a nova inspeção.



Reis e Oliveira (2020) analisaram as respostas obtidas nos questionários aplicados em sua pesquisa e constataram a percepção de insegurança por partes dos oficiais médicos de carreira do Exército Brasileiro quando no exercício da atividade médico pericial. Foram propostos aumento da carga horária da disciplina de perícias médicas; inclusão de aulas práticas e simulações; instrução teórica e prática sobre o SIPMED e o SIRMED; oferecimento de curso na modalidade EAD; reciclagem e reuniões periódicas oferecidas pelas Regiões Militares; incremento do oferecimento de cursos de capacitação específica.

Santos e Silva (2021) não verificaram incongruências entre as normativas nacionais, internacionais e a normativa sobre perícias médicas no EB, e que este cumpre sua missão institucional, assegurando respeito aos direitos de seus periciados na atividade médico-pericial.

Melo e Araújo (2021) concluíram que a perícia médica tem alto nível de complexidade e exige do profissional conhecimento médico e legal pertinente. Ressaltou que o parecer deve ser justo, estando fundamentado nas normas legais e administrativas, sendo de fundamental importância o domínio pelo AMP das normas que regem a perícia médica no exército e do código de ética médica.

5 Conclusão

Considerando que o objetivo desta revisão foi identificar e caracterizar as evidências disponíveis na literatura acerca das perícias médicas no contexto do Exército Brasileiro, foram analisadas 21 publicações ao longo de um período de 24 anos. Os resultados demonstram que diversos autores vêm se dedicando ao tema, especialmente nos últimos anos, abordando suas especificidades e propondo estratégias de aprimoramento.

Conclui-se que a finalidade da inspeção de saúde destacou-se como objeto central de análise nas produções acadêmicas. Ademais, constatou-se uma convergência nas conclusões dos estudos no que se refere à identificação de oportunidades de melhoria, com ênfase na necessidade de implementação de programas periódicos de capacitação para os médicos peritos da instituição, bem como no fortalecimento de ações de educação continuada voltadas a esse público.

Por fim, ressalta-se que uma adequada gestão do sistema médico pericial do Exército Brasileiro pode resultar numa melhor alocação dos recursos humanos e financeiros da União, que somados, constituem alguns dos principais desafios na área da saúde militar. Nesse sentido, espera-se que este estudo contribua para o desenvolvimento de outros subsequentes e para análise de possíveis intervenções de melhorias na área das perícias médicas.



Referências

- BARBOSA, F. D.; OLIVEIRA, C. R. **A importância do controle periódico de saúde dos militares do hospital de guarnição de Marabá no ano de 2019** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6478>. Acesso em 23 fev. 2026.
- BARRETO, K. V. A. Q. M.; SCHMIDT, R. C. A. M. **Educação à distância em perícia médica na 3ª Região Militar: um estudo de caso** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2019. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5636>. Acesso em 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comandante do Exército. **Portaria nº 1783 – C Ex, de 29 de junho de 2022**. Brasília: Exército Brasileiro, 2022. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/002_instrucoes_gerais_reguladoras/01_gerais/port_n_1783_cmdo_eb_29jun2022.html#:~:text=Aprova%20as%20Instru%C3%A7%C3%B5es%20Gerais%20para,de%201999%2C%20e%20o%20art. Acesso em 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Departamento Geral do Pessoal. **Portaria nº 305-DGP, de 13 de dezembro de 2017**. Boletim do Exército, 22 dez. 2017, n. 51. (2017a). Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/002_instrucoes_gerais_reguladoras/02_reguladoras/04_departamento-geral-do-pessoal/port_n_305_dgp_13dez2017.html. Acesso em 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Departamento Geral do Pessoal. **Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017**. Boletim do Exército, 22 dez. 2017, n. 51. (2017b). Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/005_normas/01_normas_diversas/04_departamento-geral-do-pessoal/port_n_306_dgp_13dez2017.html. Acesso em 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Departamento Geral do Pessoal. **Portaria nº 461-DGP, de 20 de setembro de 2023**. Boletim do Exército, 29 set. 2023, n. 39. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/002_instrucoes_gerais_reguladoras/02_reguladoras/04_departamento-geral-do-pessoal/port_n_461_dgp_20set2023.html. Acesso em 23 fev. 2026.
- COOPER, H. M. **Integrating research: a guide for literature reviews**. 2. ed. Newbury Park: Sage Publications, 1989.
- FAZOLATO, M. M.; CID, L. C.; NUNES, L. **Avaliação da perda visual e auditiva na perícia médica do Exército Brasileiro** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/7625>. Acesso em 23 fev. 2026.
- FUCHS, R. C.; ANTONINO, C. L. **Análise das inspeções de saúde em grau de recurso nos últimos dois anos no Hospital Geral de Juiz de Fora** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6823>. Acesso em 23 fev. 2026.
- HASHIMOTO, J. L.; CAPELLEIRO, F. **A psiquiatria na perícia médica dentro do Exército Brasileiro** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5207>. Acesso em 23 fev. 2026.
- LIMA NETO, F. P.; OLIVEIRA, C. R. **Particularidade da perícia médica no Exército Brasileiro** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5504>. Acesso em 23 fev. 2026.



MELO, S. C.; ARAÚJO, N. V. **Noções básicas da perícia médica nas organizações militares de saúde** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2021. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9741>. Acesso em 23 fev. 2026.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. DOI: 10.1590/S0104-07072008000400018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em 23 fev. 2026.

MILANESI, P.; VIEIRA, A. **Análise da avaliação cardiológica como parte da inspeção de saúde no serviço militar ativo para a prevenção de morte súbita**. Monografia (Curso de Especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares) – Escola de Saúde do Exército, Rio de Janeiro, 25 nov. 2021. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9754>. Acesso em 23 fev. 2026.

NAKANO, S. M. S.; BRAGA, B. E.; SANTOS, I. C.; RODRIGUES FILHO, S., coordenadores. **Perícia médica**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2012. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/periciamedica.pdf>. Acesso em 23 fev. 2026.

NEVES, L. A. Z.; MEDEIROS, C. A. **A importância do controle periódico de saúde na atividade pericial no Exército Brasileiro** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6482>. Acesso em 23 fev. 2026.

NOGUEIRA, J. N. T.; MORAIS, R. J. L. **Processos de modernização da perícia médica no Exército Brasileiro** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5502>. Acesso em 23 fev. 2026.

NUNES, J. P. S.; SANT'ANNA, J. E. **A importância da verificação de capacidade laborativa na atividade pericial no Exército Brasileiro** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6576>. Acesso em 23 fev. 2026.

OLIVEIRA, V. R. G.; SANT'ANNA, J. E. **A importância da perícia médica na avaliação da criança com necessidades educativas especiais e tratamento multidisciplinar** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6467>. Acesso em 23 fev. 2026.

PEREIRA FILHO, C. A. L. **A importância do controle periódico de saúde na atividade pericial** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/7049>. Acesso em 23 fev. 2026.

REIS, V. L. T.; OLIVEIRA, C. R. **A capacitação do oficial médico do Exército Brasileiro para o exercício de perícia médica** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/7561>. Acesso em 23 fev. 2026.

SANTOS, A. T. B.; MEDEIROS, C. A. **A cura do paciente portador de neoplasia hematológica: uma visão da perícia médica no Exército Brasileiro** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6560>. Acesso em 23 fev. 2026.



SANTOS, L. C.; SILVA, L. F. B. **Direito do paciente e perícia médica no Exército Brasileiro** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2021. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9720>. Acesso em 23 fev. 2026.

SENNA FILHO, R. C.; MAIA, F. R. C. **A importância do controle periódico de saúde na atividade pericial** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2021. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9658>. Acesso em 23 fev. 2026.

SILVA, A. D. C.; ARAÚJO, N. V. **Perícia traumato-ortopédica referente a queixas no ombro: como otimizar gastos e diminuir o tempo de resolução?** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 2021. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9691>. Acesso em 23 fev. 2026.

SILVA, T. L.; PAZ, K. A. **Orientações aos agentes médicos periciais do Exército Brasileiro para inspeções de saúde envolvendo diagnósticos psiquiátricos** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/7066>. Acesso em 23 fev. 2026..

TIRADENTES, C. A.; MAIA, F. R. C. **Importância do controle periódico de saúde na atividade pericial** [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2021. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9617>. Acesso em 23 fev. 2026.

VALE, M. L. F.; MACIEL, N. N. **Desafios da administração militar frente às ações judiciais envolvendo militares reintegrados por motivos de saúde, no âmbito da guarnição de Juiz de Fora, com ênfase na atividade médico-pericial** [dissertação]. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2020. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/8209>. Acesso em 23 fev. 2026.

VILELA, J. R. P.; EPIPHANIO, E. B. **Perícias médicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.